

**DISCURSO PROFERIDO PELA SENHORA MINISTRA DA CIÊNCIA E  
DO ENSINO SUPERIOR NA CERIMÓNIA DE TOMADA DE POSSE  
DOS DIRIGENTES DO MINISTÉRIO**

Lisboa, 5 de Fevereiro de 2004

Senhor Chefe do Gabinete da Senhora Ministro dos  
Negócios Estrangeiros

Senhor Secretário de Estado

Senhores Dirigentes

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Antes de mais uma palavra de saudação especial para os  
dirigentes que agora cessam funções e cuja colaboração  
não queria deixar de agradecer.

Em nome do Governo e no meu próprio agradeço às  
pessoas que aceitaram o exercício de funções nos  
organismos e serviços do Ministério da Ciência e do  
Ensino Superior, num tempo de grandes dificuldades e ao  
mesmo tempo de grandes mudanças.

A criação deste Ministério foi um desafio para este Governo. Um desafio, que tem de aliciar e comprometer todos aqueles que aceitam o exercício de cargos públicos.

**Qualificar os portugueses**, promovendo a educação e a cultura,. reforçar as sinergias entre o ensino e a investigação, promovendo um novo tipo de aprendizagem é uma das prioridades do Governo.

Assume-se hoje em todo o mundo e de um modo inequívoco, que o progresso científico é um dos motores do desenvolvimento sustentável de cada país.

Todos sabemos que no plano institucional, é da responsabilidade das instituições de ensino superior grande parte da investigação científica produzida em Portugal.

São atribuições do Estado, incentivar e apoiar a criação e a investigação científica, bem como a inovação tecnológica, por forma a assegurar a respectiva liberdade e autonomia,

o reforço da competitividade e a articulação entre as instituições científicas e as empresas.

No âmbito das políticas nacionais para a Ciência e Ensino Superior, não nos esqueceremos dos compromissos estabelecidos pelas instituições europeias e pelos Estados membros da União Europeia, que assentam numa visão de longo prazo, segundo a qual a investigação científica constitui um elemento fundamental, para o desenvolvimento económico e social, tendo em vista a criação de um verdadeiro mercado interno científico.

As instituições europeias já formularam o objectivo comum de até 2010 aumentarem o esforço global de investigação até 3% do Produto Interno Bruto, investimento a realizar tanto pelo Estado como pelas empresas.

Uma das características da civilização em que nos inserimos reside na sua longa construção a partir de uma herança científica, cultural e espiritual.

Evoluiu igualmente o entendimento acerca das responsabilidades do Estado e da comunidade nestes domínios do ensino superior e da ciência.

Em primeiro lugar, a liberdade de aprender e de ensinar, o primeiro de entre os direitos fundamentais consagrados no plano das liberdades educativas, e critério fundamental para se entender a autonomia das instituições .

Seguem-se os deveres do Estado, entre os quais o de assegurar a todos os cidadãos, segundo as suas capacidades, o acesso aos graus mais elevados do ensino e da investigação científica .

O sistema de ensino superior conheceu nas últimas décadas mudanças radicais. A democratização da sociedade portuguesa foi seguida pela democratização da educação, nomeadamente do ensino superior, frequentado hoje por cerca de 400.000 alunos.

No plano do ensino superior são muitos os desafios .

Internamente temos a considerar factores próprios da sociedade portuguesa, como a diminuição do número de candidatos ao ensino superior e a necessidade de mais diplomados nas áreas científicas.

Externamente, não podemos ignorar a dimensão europeia do ensino superior, no quadro do Processo de Bolonha, uma realidade com uma dinâmica própria, cujos contornos não são ainda evidentes mas que revolucionarão este em todo o edifício do Ensino Superior em Portugal.

A credibilidade de um sistema de ensino que se quer de Qualidade, passará pelo aperfeiçoamento da avaliação das suas instituições , por uma melhor gestão de recursos humanos e financeiros, pela simplificação de procedimentos que facilitem as relações entre todos os agentes educativos, e finalmente pela necessidade de reforçar a garantia de igualdade de oportunidades para todos os estudantes.

É uma pesada responsabilidade para todos os dirigentes deste Ministério prosseguirem a realização desta política.

Só ela é capaz de assegurar a autonomia do que chamarei um Espaço Português de Ensino Superior e de Ciência, que saiba preservar a sua autonomia e identidade e que possa constituir um elemento essencial do património cultural, educativo e científico de Portugal.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Não vamos continuar a falar de décadas de tempo perdido e dum atraso estrutural nos domínios da Ciência e do Ensino Superior.

A universalidade dos portugueses, reside na sua capacidade de adaptação a novos mundos e a novas realidades.

Não vamos perder a oportunidade de pertencermos de pleno direito a esse Espaço Europeu de Ciência e de Educação, sem com isso perder de vista a identidade

própria do sistema português de ensino superior e de ciência, cujo aprofundamento constitui uma preocupação do Governo.

Este problema não é só do Estado, mas de toda a comunidade.

Assim, a mobilização da comunidade educativa e da comunidade empresarial, constitui condição para a efectiva afirmação de um Espaço Português de Educação e Ciência, o qual terá igualmente como pólos de afirmação, os países de expressão oficial lusófona e os portugueses espalhados pelo mundo.

Portugal é dos países que mais recursos aplica na educação, porém, com resultados por vezes desanimadores.

É necessário repensarmos esta aplicação de recursos públicos, no quadro de um mais amplo debate acerca da estrutura de graus e de diplomas do ensino superior, da

organização e do funcionamento das instituições universitárias e politécnicas.

Defendemos a autonomia das instituições, mas admitimos que a mesma possa ser aperfeiçoada, de modo a cumprir melhor a sua missão estratégica.

Com a aprovação em breve da Lei de Bases da Educação definiremos a matriz reveladora de todo o sistema de Ensino Superior, com a implementação antecipada para 2005 do processo de Bolonha, redefiniremos as políticas de aprovação e certificação de cursos, de avaliação das instituições e impulsionaremos a tão desejada mobilidade, que romperá com interesses instalados que tem sido tantas vezes, a causa do nosso fechamento ao exterior e obstáculo de progresso.

Também nos domínios da Ciência da Tecnologia e Inovação, a recente aprovação de dois programas fundamentais, CIÊNCIA 2010 e FUTURO 2010, há um sinal inequívoco de aposta forte, por parte do Governo nestas áreas.

Vamos trazer a Ciência, se me permitem a Ciência com letra grande, para toda a Administração Pública, através da inserção de bolseiros e doutorados na Administração.

Vamos criar mais possibilidades para os Laboratórios de Estado e Centros de Investigação. São dois projectos ambiciosos que têm de nos tornar obrigatoriamente mais competitivos e mais eficazes.

Não há tempo a perder, em breve estaremos num espaço alargado de 25 países alguns deles com índices de qualificação superiores a nós, esta não pode pois ser a oportunidade perdida. Assim saibamos merecê-la.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Sabemos que o momento pelo qual passa o país é difícil e que a todos nós são exigidos sacrifícios, cabe-nos por isso fazer mais e melhor com menos recursos.

Através de estruturas leves e flexíveis, do constante diálogo entre os organismos e serviços, duma fiscalização

idónea e da superior coordenação política do Governo espera-se que as atribuições do Estado no plano da ciência e do ensino superior sejam melhor prosseguidas, exigindo-se da Administração e de todos os seus dirigentes a prestação de um serviço de qualidade a bem do Desenvolvimento do País de uma sociedade mais justa de uma sociedade mais rica.

É este o desafio que temos pela frente.

Contem sempre comigo da mesma maneira que conto convosco

Muito obrigado.